

Posicionamento das Mulheres na Rede de Financiamento Eleitoral e seu Desempenho nas Eleições de 2010 no Brasil: a dinâmica estrutural da exclusão e marginalização feminina no poder político

Positioning of Women in Electoral Funding Network and their Performance in the 2010 Elections in Brazil: the structural dynamics of female exclusion and marginalization in political power

Ivan Jairo Junckes

Universidade Federal do Paraná - Brasil
ivanjairojunckes@gmail.com

Rodrigo Rossi Horochovski

Universidade Federal do Paraná - Brasil
rodrigoh33@gmail.com

Neilor Fermino Camargo

Universidade Federal do Paraná - Brasil
camargon@gmail.com

Joseli Maria Silva

Universidade Estadual de Ponta Grossa - Brasil
joseli.genero@gmail.com

Edson Armando Silva

Universidade Estadual de Ponta Grossa - Brasil
edameister@gmail.com

Leandro Batista de Almeida

Universidade Tecnológica do Paraná - Brasil
leandroba@gmail.com



Resumen

Este artigo tem por objetivo compreender a relação entre o posicionamento das mulheres na rede de financiamento eleitoral e seu desempenho nas eleições de 2010 no Brasil. O estudo baseou-se nos dados, disponíveis no Tribunal Superior Eleitoral, de 256.759 candidatas(as), financiadores(as) e agentes partidários, em todos os níveis de disputa, incluindo-se Presidência da República, Senado, Câmara dos Deputados, Governos Estaduais e Assembleias Legislativas. Foi utilizada a metodologia de análise de redes sociais (ARS) para explorar as características estruturais dos 288.231 relacionamentos estabelecidos entre os referidos atores envolvidos no processo eleitoral. Os resultados demonstram que as mulheres enfrentam um processo seletivo de exclusão, isolamento e marginalização nas redes de financiamento eleitoral, gerando-se assim reduzidas chances de sucesso nos pleitos.

Palavras-chave: Eleições; Financiamento Eleitoral; Mulheres; Estrutura Social; Análise de Redes Sociais.

Abstract

This article aims to understand the relationship between the position of women in Brazilian campaign finance network and their performance in the 2010 elections in Brazil. The study was based on data from 256,759 candidates, funders and political agents at all levels of dispute (the Presidency, Senate, Federal House, Governments and State Assemblies), available at the Tribunal Superior Eleitoral (the Electoral High Court of Brazil). It was used the methodology of social network analysis (ARS) and Gephi software to explore the characteristics of 288,231 established relationships between those actors involved in the electoral process. The results expose the selectivity of the candidates, as a consequence of which, women are in a progressive process of exclusion and marginalization in the electoral funding networks and thus they get reduced chances of success in the elections.

Keywords: Elections; Electoral Financing; Women; Social Network Analysis.



Introdução

Este artigo¹ tem por objetivo explorar a relação entre o posicionamento das mulheres na rede de financiamento eleitoral e seu desempenho nas eleições de 2010 no Brasil, contribuindo assim para compreender a baixa participação das mulheres na representação política no estado brasileiro².

Para atingir o objetivo proposto, utilizamos dados disponíveis no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e nos orientamos pela metodologia de Análise de Redes Sociais (ARS). Foi necessário reorganizar os dados para a montagem de uma rede com 288.231 relacionamentos estabelecidos entre os(as) 256.759 candidatas(as), financiadores(as) e agentes partidários³, em todas as Unidades da Federação⁴ e em todos os níveis de disputa: Presidência da República, Senado, Câmara dos Deputados, Governos e Assembleias Legislativas. Tratando-se de uma rede complexa, somente passível de ser explorada por recursos e programas computacionais específicos para análise de redes, foi necessário desenvolver um banco de dados normalizado e tornar unívoca a identificação dos atores nos diversos registros disponibilizados pelo TSE. Os dados foram submetidos a técnicas de mineração, tratamento e análise por meio do software Gephi 0.8.4, de análise de redes, e Past, para testes estatísticos.

A primeira parte do artigo versa sobre as candidaturas tornadas inaptas, com destaque para a participação das mulheres neste contingente de atores excluídos da corrida eleitoral. Na segunda parte, exploramos o posicionamento das candidaturas de baixa conectividade e isoladas do grande conjunto de atores conectados na rede que, segundo a teoria de redes, constitui o componente gigante. Os atores presentes neste componente são objeto da terceira parte, com ênfase nas medidas de centralidade que

permitem identificar a capacidade de influência dos atores de uma rede, tendo-se o gênero como a clivagem fundante do trabalho.

Participação Feminina e Financiamento Eleitoral

O perfil de baixa representatividade feminina na conquista de cargos políticos eletivos em vários níveis no Brasil é tema presente nas pesquisas de vários(as) estudiosos(as) da política como Avelar (2000), Araújo (2005 e 2010), Finamore (2006), Miguel e Queiroz (2006), Álvares (2008), Alves e Cavenaghi (2009), Araújo (2009), Bohn (2009), Souza, Ribeiro, Ribeiro e Marques (2010) e de Costa, Bolognesi e Codato (2013).

Além destes, destacam-se trabalhos com extensos tratamentos estatísticos. O primeiro intitulado 'Mulheres brasileiras na disputa do legislativo municipal', abrangendo as eleições 1996, 2000, 2004 e 2008, de Simone Bohn (2009), apresenta o objetivo de 'entender o padrão de participação das mulheres brasileiras na competição para o legislativo municipal'. A autora utiliza recursos quantitativos que lhe permitem agregar dados, limitar períodos e selecionar partidos para análise. Outro estudo, intitulado 'Mulheres sem espaço no poder', de José Eustáquio Diniz Alves e Suzana Marta Cavenaghi (2009), conta com uma metodologia avançada para a análise, contudo não alcança a leitura de uma estrutura, ou um padrão, de participação das mulheres brasileiras na disputa político-eleitoral. Destacamos ainda a coletânea organizada por José Eustáquio Diniz Alves, Céli Regina Jardim Pinto e Fátima Jordão (2012), Mulheres nas eleições 2010, sob patrocínio da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP).

Segundo Álvares (2008), as medidas para

transformação da distribuição de poderes entre os gêneros envolvem, necessariamente, ações estruturais. O processo de recrutamento e acolhida das mulheres é permeado por fatores institucionais (elegibilidade), partidários (filiação) e pessoais (motivação) e tem lugar dentro dos próprios partidos. Nesse sentido, algumas iniciativas para transformação da distribuição de cargos eletivos por gêneros no Brasil foram implementadas nas últimas décadas. Todavia, a política de cotas para mulheres, por exemplo, se mostrou uma medida ineficiente para modificar o quadro de sub-representação feminina na estrutura formal da política brasileira, como já apontado por Bolognese (2012) e Clara Araújo (2013).

Conquistar cargos políticos na estrutura organizacional do Estado envolve o domínio de uma complexa cadeia de relações de interesses de diversas naturezas e escalas de ação, na qual cada candidato(a) tende a desenvolver estratégias de alianças e oposições, visando a conquista do direito privilegiado de representar grupos sociais na esfera do Estado e participar ativamente nas decisões políticas.

A relação entre representantes de interesses de grupos sociais na esfera do Estado tem sido analisada a partir do processo eleitoral, notadamente nas práticas de financiamento de campanhas que envolvem barganhas, interesses e as apostas dos financiadores em determinados(as) candidatos(as) com potencial de conquista dos cargos eletivos. O tema do financiamento de campanhas políticas e a possível defesa de interesses de grupos apoiadores de determinados(as) candidatos(as) vencedores(as) dentro da arena do Estado tem ganho relevância nos últimos anos, como aponta Cervi (2009).

Entretanto, para Bourdoukan (2009), explorar este fenômeno é um árduo caminho, já que manter estas relações ocultadas é parte

da possibilidade da manutenção desta dinâmica política. Algumas iniciativas têm sido importantes, como os estudos da ONG Transparência Brasil que oferece o tratamento estatístico/análítico dos dados sobre financiamento de campanhas disponibilizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Da mesma forma destaca-se os estudos desenvolvidos pelo Instituto Ethos e a *Transparency International*, intitulados 'A Responsabilidade Social das Empresas no Processo Eleitoral'. Tais iniciativas trazem informações sobre os recursos envolvidos nas campanhas eleitorais, a participação dos partidos políticos, a distribuição de recursos financeiros por estados da Federação e seus respectivos financiadores.

Todavia, Zovatto (2005) já argumentava que vários trabalhos que contemplam a importância do financiamento eleitoral nos resultados dos pleitos realizam análises endógenas, baseadas em modelos estatísticos que buscam comprovar a relação entre volume de recursos e número de votos obtidos, havendo assim a necessidade de superar alguns limites. Autores(as) que estudam a dinâmica do comportamento eleitoral, como Fleischer (2002), Araújo (2004), Zovatto (2004 e 2005), Abramo (2005 e 2005a), Rubio (2004, 2005 e 2005a), Baquero (2007), Álvares (2008), Bourdoukan (2009), Cervi (2009) e Peixoto (2009), reconhecem o grande peso que o financiamento político possui na definição dos resultados dos processos eleitorais e buscam essa superação.

O financiamento eleitoral sob a perspectiva de gênero foi alvo de investigações de Sacchet e Speck (2006, 2010), e Speck e Mancuso (2014). Estes estudos apontam que o financiamento é um fator importante na conquista de cargos eleitorais e faz com que as mulheres tenham mais dificuldades de participar das decisões políticas.

A investigação realizada por Moraes (2010), a respeito da relação entre gastos eleitorais e gênero nas eleições de 2006, constata que a taxa de retorno dos investimentos realizados e a quantidade de votos conquistada é maior para as mulheres do que para os homens. Isso é uma evidência de que determinadas mulheres candidatas, quando possuem recursos financeiros para competir nos pleitos eleitorais, são assertivas na conquista dos eleitores.

Os estudos apontam também outros elementos que poderiam atenuar a relação entre sucesso eleitoral e recursos financeiros, evidenciando que há outros importantes fatores a serem considerados, como o capital político dos(as) candidatos(as) e as escalas de poder de Estado que se pretende conquistar. Nesse sentido, a variável gênero não deve ser analisada de forma isolada. O gênero possui maior ou menor peso para o sucesso eleitoral se for analisado de forma relacional com outras variáveis, notadamente escolaridade e ocupação. Se há mulheres que conseguem arrecadar recursos e obter sucesso eleitoral, há ainda outras que não conseguem ultrapassar as barreiras estruturais da organização do sistema político formal. Portanto, para compreender a posição das mulheres nas redes de financiamento eleitoral, há necessidade de se reconhecer quais são os grupos de mulheres que alcançam centralidade de poder e aquelas que se mantêm na margem ou até mesmo são excluídas do pleito.

A configuração das redes de financiamento é resultado tanto da ação dos financiadores em investir recursos financeiros em determinadas candidaturas quanto da capacidade do(a) candidato(a) em atrair ou captar os recursos financeiros. Se os financiadores tendem a investir recursos em candidatas(as) com maior chance de sucesso eleitoral para aumentar sua influência nas decisões de seu interesse na arena do Estado,

a quantidade de investimentos captados influencia nas chances de vencer as eleições. Assim, o posicionamento de determinados agentes na rede de financiamento eleitoral, ao mesmo tempo em que aumenta ou diminui as chances de sucesso, é também um indicador da viabilidade eleitoral do(a) candidato(a).

A rede de financiamento eleitoral reflete, então, a luta pela representação política e esta representação está ligada aos interesses concretos da sociedade, trazendo a dimensão da territorialidade. Castro (2005, p. 140) alerta que em “toda disputa política há interesses que estão vinculados aos territórios em que os atores sociais habitam, trabalham, produzem riqueza e lutam para se apropriar de parte dela”. Nesse caso, é possível afirmar que as redes de financiamento refletem relações de luta para que os atores conquistem espaço na arena do Estado.

As redes de financiamento evidenciam, portanto, que a variável gênero pode ser irrelevante quando associada apenas a variáveis que aludem às situações de privilégio e, também, que o gênero é uma variável fundamental quando analisada de forma relacional com variáveis de isolamento e marginalidade. Esse aspecto merece um aprofundamento de análise, a fim de complexificar a discussão em torno da relação entre gênero e representação política tal qual apontam Kofman e Peake (1990); Staeheli e Kofman (2004); e, Kofman (2005). Segundo estas feministas, a luta vai além de colocar mulheres na esfera do Estado, mas constituir neste espaço a possibilidade de luta de mulheres em situação de opressão. Esta ideia ultrapassa a simples consideração da variável de gênero em contextos genéricos, todavia depende de uma análise escalar do espaço e das práticas mais arraigadas ao território, como evidencia Castro (2005).

Trazer para a análise os relacionamentos entre os agentes partidários, os financiadores privados e os(as) candidatos(as) implica

pensar a organização da rede de forma escalar. De acordo com Sheppard e McMaster (2004) os processos estão em várias escalas de forma simultânea e fluida, mas construir a visibilidade de uma dada escala é um processo metodológico que permite construir a visibilidade de elementos que muitas vezes em outras escalas podem estar obscurecidos. Tal intento é cumprido no presente estudo especialmente mediante a exploração do papel exercido pelos agentes partidários, os quais estão enraizados nas tensões e lutas cotidianas e fazem a mediação de captação e distribuição de recursos.

A análise das redes de financiamento político, tendo como foco o financiamento de candidaturas femininas, é mais bem compreendida na medida em que o conjunto de mulheres é considerado na sua diversidade e que seja possível produzir a visibilidade da escala mais imediata à dos agentes partidários, na qual é estabelecida a cotidianidade das tensões, alianças e interesses. Nesse nível, é fundamental compreender a posição partidária com relação ao gênero e suas relações com outras variáveis de marginalização e exclusão, pois o apoio do agente partidário pode alavancar ou oprimir candidaturas e isso tem sido pouco evidenciado, e menos ainda demonstrado, nas análises das dinâmicas eleitorais. Dependendo da escala de análise, depois que algumas mulheres ultrapassam a barreira inicial, elas são tão financiadas quanto os homens e a variável gênero tende a ser um aspecto, inclusive, positivamente valorado e utilizado em campanhas políticas. Porém, tal qual demonstrado neste artigo, o contingente de mulheres com tal centralidade mal alcança uma fração de um centésimo da rede de financiamento.

Mulheres 'Fora da Rede': a Dimensão da Exclusão

Em 2010, a justiça eleitoral declarou inaptas quase um quinto das candidaturas, por diversas razões, especialmente por indeferimento ou renúncia, em diferentes fases do processo eleitoral. A princípio, esses atores não seriam objeto de análise na medida em que, ao fim e ao cabo, não estiveram aptos para a eleição, mesmo quando suas candidaturas foram postas em marcha e arrecadaram recursos. No entanto, o recorte de gênero na análise dessas candidaturas evidencia aspectos importantes relacionados ao grau de inserção das mulheres nas redes de poder.

Há uma proporção maior de mulheres entre as candidaturas inaptas. Nos dados trabalhados para a presente análise, este subconjunto soma 3.584 candidaturas, o que significa 17,4% das 20.519 das candidaturas da rede geral. Entre os(as) inaptos(as), 2.382 são homens, e 1.202, mulheres, ou seja, dois terços e um terço, respectivamente. Paradoxalmente, o grupo das candidaturas inaptas é o primeiro estrato no qual se atingiriam as cotas de gênero previstas para as eleições proporcionais.

O dado acima se torna mais emblemático quando comparamos com o quadro observado de candidaturas na rede geral, cujos percentuais de homens e mulheres é, respectivamente, 80% e 20%. Do total de candidaturas masculinas na rede geral (15.931), apenas uma em sete foi tornada inapta (em geral por indeferimento ou renúncia), enquanto que entre as femininas (4.588), a relação é de uma em quatro. O teste estatístico a seguir mostra que é significativa a diferença significativa entre os gêneros e que uma mulher tem quase o dobro de chances (odds) de um homem de sua candidatura estar entre as inaptas.

Odds ratio:1,7522
 95% confidence:[1,623..1,892]
 z:14,327
 p(ratio=1):1,479E-46

Que fatores estão relacionados à presença mais vigorosa de mulheres entre candidaturas inaptas?

O processo pelos quais candidaturas femininas são inviabilizadas em maior proporção que as masculinas foram capturados em pesquisa conduzida por Irllys Barreira e Danyelle Nilin Gonçalves (2012), a partir de entrevistas com dirigentes partidários. Estes colocam tal dinâmica na conta de elementos externos às agremiações, relacionados aos papéis historicamente atribuídos a homens e mulheres, com estas sendo obrigadas a assumir maiores responsabilidades na administração da vida familiar que limitariam seu potencial de participação na vida partidária e eleitoral: “Os partidos, em sua maioria, tendem a fazer uma adaptação das estratégias de maximização das oportunidades de ganhos eleitorais com o preenchimento das cotas. A dimensão pragmática traz como suposto a

ideia de que os partidos necessitam solidificar seus candidatos com maior capital político, independente da condição de gênero” (BARREIRA & GONÇALVES, 2012, p. 323).

Ainda segundo os achados de Barreira e Gonçalves (2012), poucos dirigentes percebem na dinâmica interna dos partidos obstáculos à conversão das cotas em maior competitividade e, conseqüentemente, maior representatividade, ao menos numérica, das mulheres nas legislaturas. Investigamos outros fatores que podem resultar na maior proporção de mulheres entre candidaturas inaptas.

Os recursos financeiros parecem constituir um fator relacionado à elevada participação de mulheres no conjunto de candidaturas inaptas. Entre as 2.382 candidaturas de homens tornadas inaptas, 1468 (60,2%) não receberam recursos, enquanto 914 (38,4%) declararam ingressos de R\$ 22.644.915,00 – média de R\$ 24.775,61. Das 1.202 candidaturas femininas inaptas, 1015 (84,4%) não dispunham de recursos e apenas 187 (15,6%), declararam ingresso de recursos totalizando R\$ 1.979.574,00, importando em média R\$ 10.585,95 (Tabela 1).

Tabela 1 – Candidaturas aptas e inaptas por gênero e valores de doação (R\$).

Gênero	Candidatos(as)	%	Aptos	%	Inaptos	%	Inaptos/Aptos (%)
Homens	15.931	77,6%	13.549	80,0%	2.382	66,5%	17,6%
Mulheres	4.588	22,4%	3.386	20,0%	1.202	33,5%	35,5%
Total	20.519	100,0%	16.935	100,0%	3.584	100,0%	21,2%
Gênero	Cand. com prest. Contas	%	Aptos	%	Inaptos que receberam \$	%	
Homens	14.463	80,2%	13.549	80,0%	914	83,0%	
Mulheres	3.573	19,8%	3.386	20,0%	187	17,0%	
Total	18.036	100,0%	16.935	100,0%	1.101	100,0%	
Gênero	Valor doação	%	Aptos	%	Inaptos	%	
Homens	R\$ 2.480.626.071,00	89,2%	R\$ 2.457.981.156,00	89,2%	R\$ 22.644.915,00	92,0%	
Mulheres	R\$ 299.312.119,00	10,8%	R\$ 297.332.545,00	10,8%	R\$ 1.979.574,00	8,0%	
Total	R\$ 2.779.938.190,00	100,0%	R\$ 2.755.313.701,00	100,0%	R\$ 24.624.489,00	100,0%	
Gênero	Média doação		Aptos		Inaptos		
Homens	R\$ 171.515,32		R\$ 181.414,21		R\$ 24.775,62		
Mulheres	R\$ 83.770,53		R\$ 87.812,33		R\$ 10.585,96		
Média	R\$ 154.132,75		R\$ 162.699,36		R\$ 22.365,57		

Fonte: Elaboração própria com dados do TSE.

Ivan Jairo Junckes, Rodrigo Rossi Horochovski, Neilor Fermino Camargo, Joseli Maria Silva, Edson Armando Silva e Leandro Batista De Almeida

Posicionamento das Mulheres na Rede de Financiamento Eleitoral e seu Desempenho nas Eleições de 2010 no Brasil: a dinâmica estrutural da exclusão e marginalização feminina no poder político

Esses números evidenciam que a proporção de candidaturas inaptas de mulheres que receberam financiamento eleitoral é significativamente menor que a de homens na mesma situação. Pode-se inferir disso que há relativamente mais mulheres que aceitam participar das chapas para cumprir a legislação sem a pretensão de efetivar a disputa eleitoral, afinal a realização da campanha e a disponibilidade de recursos financeiros estão diretamente associados. Por outro lado, a proporção de homens inabilitados que receberam recursos representa o dobro das mulheres e, além disso, cada homem dentro deste grupo recebe o dobro de cada mulher em semelhante situação. Ou seja, entre aqueles que, a despeito de serem julgados inaptos, entraram na campanha e receberam recursos de financiamento eleitoral, há uma flagrante desigualdade entre homens e mulheres que pode espelhar tanto as assimetrias de gênero quanto a maior probabilidade de se encontrar, entre estes homens, candidatos tradicionais com pendências judiciais.

Quando introduzimos os partidos nessa discussão, verificamos que, entre as candidaturas aptas, a proporção de homens e mulheres se mantém em 80/20%,

especialmente entre as agremiações mais competitivas. Quando geramos um índice de perdas, ou seja número de inaptos/número de aptos, constata-se que este índice entre as mulheres é o dobro do registrado pelos homens, respectivamente 36% e 18%.

Na comparação entre candidaturas a partir da escolaridade, não se observou diferença de gênero entre as candidaturas julgadas inaptas, sendo que o fenômeno se repete entre as candidaturas aptas. Em ambas as situações de candidatura, candidatos e candidatas se distribuem em proporções semelhantes entre os graus de ensino – fundamental, médio e superior.

Diferenças mais expressivas podem ser encontradas ao se analisar o ranking de ocupações dos(as) candidatos(as) em geral (Tabela 2). Empresários e profissionais liberais – como advogados, médicos, administradores, engenheiros, entre outros – ocupam posição de destaque, podendo-se mencionar ainda professores, servidores públicos e políticos nesta lista. Isso, em linhas gerais, se reproduz nos rankings dos homens, sejam eles aptos ou inaptos, até em função da considerável prevalência masculina no conjunto de candidaturas.

Tabela 2 – 20 principais ocupações entre candidaturas inaptas.

Ocupação	Homens	%	Ocupação	Mulheres	%
EMPRESARIO	244	10,2%	DONA DE CASA	109	9,1%
COMERCIANTE	187	7,9%	ADVOGADO	52	4,3%
ADVOGADO	131	5,5%	COMERCIANTE	49	4,1%
SERVIDOR PUBLICO ESTADUAL	93	3,9%	PROFESSOR DE ENSINO MEDIO	46	3,8%
ADMINISTRADOR	71	3,0%	EMPRESARIO	42	3,5%
VEREADOR	70	2,9%	AUXILIAR DE ESCRITORIO E ASSEMBLHADOS	41	3,4%
MEDICO	70	2,9%	ESTUDANTE, BOLSISTA, ESTAGIARIO E ASSEMBLH	40	3,3%
APOSENTADO (EXCETO SERVIDOR PUBLICO)	66	2,8%	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	40	3,3%
PROFESSOR DE ENSINO MEDIO	56	2,4%	SERVIDOR PUBLICO ESTADUAL	38	3,2%
SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL	54	2,3%	APOSENTADO (EXCETO SERVIDOR PUBLICO)	35	2,9%
POLICIAL MILITAR	54	2,3%	SECRETARIO E DATILOGRAFO	33	2,7%
SERVIDOR PUBLICO FEDERAL	46	1,9%	SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL	26	2,2%
AGRICULTOR	39	1,6%	ADMINISTRADOR	24	2,0%
ESTUDANTE, BOLSISTA, ESTAGIARIO E ASSEMBLH	30	1,3%	PEDAGOGO	23	1,9%
PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR	28	1,2%	ENFERMEIRO	17	1,4%
DEPUTADO	28	1,2%	VENDEDOR PRACISTA, REPRESENTANTE, CAIXEIRO	16	1,3%
ENGENHEIRO	27	1,1%	AGENTE ADMINISTRATIVO	14	1,2%
JORNALISTA E REDATOR	24	1,0%	TECNICO DE ENFERMAGEM E ASSEMBLHADOS (EX	13	1,1%
PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	22	0,9%	VEREADOR	12	1,0%
AGENTE ADMINISTRATIVO	22	0,9%	COMERCARIO	12	1,0%

Fonte: Elaboração própria com dados do TSE.

Ivan Jairo Junckes, Rodrigo Rossi Horochovski, Neilor Fermino Camargo, Joseli Maria Silva, Edson Armando Silva e Leandro Batista De Almeida

Nota-se uma modificação quando analisada a condição ocupacional das mulheres, especialmente as candidatas declaradas inaptas. Entre estas, as ocupações mais comuns são dona de casa e profissionais assalariadas, que exercem funções técnico-operacionais, tais como auxiliar de escritório, secretária ou datilógrafa, vendedora, agente administrativa, técnica de enfermagem e comerciária. Mesmo as ocupações que exigem nível superior de escolaridade – como pedagoga e enfermeira – seguem lógica semelhante. Todas essas ocupações não são numericamente expressivas entre os homens, exceto agente administrativo.

A dinâmica pela qual mulheres, especialmente de algumas ocupações, são mais alijadas do processo do que homens, pode estar relacionada a aspectos presentes no recrutamento e oficialização dos(as) candidatos(as). É crescente a burocratização do processo de registro e prestação de contas das candidaturas, o que dificulta a persistência de candidatos(as) com menos apoio técnico-burocrático. As mulheres são possivelmente mais afetadas por isso.

A título de exemplo, mencionamos a exigência de abertura de conta individual e exclusiva para os(as) candidatos(as). No caso das mulheres sem renda, e/ou sujeitas a um relacionamento machista, isso poderia implicar a sua exclusão formal do processo eleitoral, porque o cônjuge pode dificultar que ela abra essa conta. Há ainda a questão do tempo. Afora a campanha, candidatos(as) são obrigados(as) a participar de compromissos formais, como reuniões de orientação na justiça eleitoral e nos partidos. Em face das exigências da competição eleitoral, os partidos tendem a ampliar encargos nesse sentido, o que implica afastamento parcial das responsabilidades familiares muito frequentemente ao encargo das mulheres de quase todas as ocupações, mas que atingem especialmente donas de

casa e mulheres em ocupações de menor status socioeconômico.

Destaca-se, também, o temor e as dificuldades para a prestação de contas, mais agudos entre as camadas populares, que reúnem as mulheres com o perfil ocupacional em questão, em comparação com as camadas de maior status socioeconômico. É histórica a fragilidade dos partidos políticos para o apoio aos candidatos(as). Essa dificuldade atinge especialmente as mulheres de determinado perfil ocupacional, pois aquelas em ocupações de maior prestígio social e, principalmente, as que ocupam cargos políticos, seriam menos suscetíveis a esta barreira. No entanto, este grupo específico de mulheres, com maior viabilidade tanto de efetivar suas candidaturas quanto de obter sucesso eleitoral, é quantitativamente muito inferior aos homens em estratos sociais semelhantes.

Embora uma explicação pelo corte ocupacional seja plausível, ela recai sobre o comportamento/condição de um agente específico que é a mulher, sem considerar os vínculos e relacionamentos institucionais que implicam condicionamentos estruturais da rede de financiamento eleitoral, aos quais estão implicados homens e mulheres. Indagamos se tal fenômeno não seria produto de estratégias de agentes partidários em inchar as listas iniciais com mulheres, sem condições de assegurar que estas participem efetivamente do processo.

Há que se lembrar ainda um possível efeito perverso decorrente da maior proporção de mulheres tornadas inaptas em sucessivas eleições. Tal situação condena essas mulheres à exclusão nos próximos pleitos, na medida em que elas ficam inelegíveis. Repetindo-se tal fenômeno em alguns ciclos eleitorais, o resultado seria a gradativa redução do plantel de mulheres com a possibilidade de manter a candidatura. Aos partidos restaria contar com o

crescimento vegetativo da população feminina, ou seja, com novas mulheres ingressantes na vida política e/ou lançar mão de um número maior de mulheres que se disponham a apresentar seus nomes sem efetivamente participar do jogo, configurando o que o senso comum chama de candidaturas “laranja”, numa retroalimentação progressiva da redução da participação feminina.

Mulheres 'Desconectadas na Rede': as Evidências do Isolamento

A análise de componentes⁵ recairá primeiramente sobre aqueles que denominamos de isolados e, posteriormente, sobre o componente gigante da rede de financiamento eleitoral em exame. Iniciando a análise pelos 1.571 componentes isolados, eles reúnem 4.457 candidaturas, ou 26,4% das candidaturas aptas (Tabela 3). Parcela ínfima desses candidatos logrou êxito: apenas 30 homens e 3 mulheres se elegeram para algum cargo, o que representa apenas 2% do total de eleitos(as). Estar em um componente isolado, ou seja, estar “desconectado” do núcleo da rede de financiamento eleitoral implica uma drástica redução das chances eleitorais, o que, por si só, configura marca estrutural relevante.

A composição de gênero nos componentes isolados é reveladora das diferenças de posicionamento entre homens e mulheres na rede. Os homens são 3.309 e as mulheres 1.148, respectivamente 74,2% e 25,8%, dados que não diferem substancialmente da proporção entre homens e mulheres na rede geral, ainda que se observe proporção ligeiramente maior delas nos componentes isolados.

A análise ganha maior expressão quando refinada a investigação a partir da relação intragênero. Considerados os números acima, 24,4% das 13.549 candidaturas de homens estão nos componentes isolados. Entre as

mulheres, tal proporção é significativamente maior, atingindo 33,9% das 3.386 candidaturas de mulheres. Isso evidencia a maior distribuição da presença feminina em posições periféricas na rede.

Quando se considera o grau de conexão nos componentes isolados, as diferenças entre homens e mulheres são ainda mais expressivas. Elevado número de candidaturas – 2.936, ou 17,3% das candidaturas aptas – apresentam centralidade de grau zero, estando portanto desconectadas de todas as demais. Tal situação ocorre porque as candidaturas prestaram contas sem registros de receitas (financiadores) e, portanto, também sem despesas de campanha. Ou sequer prestaram contas. Dentre esses atores não conectados, os homens somam 1.976 (67,3%) e as mulheres, 960 (32,6%).

É interessante observar as similitudes decorrentes da análise das candidaturas inaptas e das candidaturas aptas em componentes isolados. A proporção de candidatas inaptas e de candidatas aptas sem financiadores é a mesma: um terço. Irônica e paradoxalmente, as cotas de gênero somente são cumpridas nesses estratos nos quais os atores são inicialmente excluídos ou ocupam as posições mais periféricas do processo.

As proporções se modificam substancialmente quando se examinam os nós com centralidade de grau maior que zero nos componentes isolados – estando portanto conectadas a um ou mais financiadores pessoas físicas ou jurídicas -, situação na qual se enquadram 1.521 candidaturas aptas. Dentre esses atores em geral pouco conectados, os homens são 1.333 e as mulheres 188, com os homens representando 87,6% e as mulheres, 12,3%. Ou seja, a presença de mulheres nos componentes com grau zero é três vezes maior do que naqueles cujos atores possuem alguma conectividade.

Tabela 3 – Candidaturas nos componentes isolados por gênero.

Gênero	N	%	% intragênero	Grau = 0		Grau > 0	
				N	%	N	%
Homens	3.309	74,2%	24,4%	1.976	67,3%	1.333	87,6%
Mulheres	1.148	25,8%	33,9%	960	32,7%	188	12,4%
Total	4.457	100%		2.936	100%	1.521	100%

Fonte: Elaboração própria com dados do TSE.

Dados os resultados acima, passamos a explorar as razões do isolamento e da proporção relativamente maior de mulheres, a partir das variáveis escolaridade e ocupação. Candidatos(as) com ensino superior completo ou incompleto somam 47,4% nos componentes isolados, enquanto aqueles(as) que possuem até o ensino fundamental completo perfazem 14,8%. Há, portanto, uma prevalência de candidatos(as) com escolaridade superior nos componentes isolados, numa razão superior a 3, tanto para homens quanto para mulheres.

Diferenças entre os gêneros aparecem quando se analisam as ocupações dos(as) candidatos(as). Constata-se, nesse caso, que os componentes isolados apresentam dinâmica análoga à das candidaturas inaptas. Há uma concentração de mulheres em duas ocupações na comparação com os homens: dona de casa (que são 11% das mulheres presentes nesses componentes, não havendo registro de homens nesta ocupação) e estudantes, bolsistas e estagiárias, que são 5,7% das mulheres – entre os homens percentual de candidatos nesta ocupação é bastante inferior, somando 1,3%.

Na medida em que, como se verá na análise a seguir, as donas de casa não compõem um contingente numericamente importante entre os atores mais conectados, sua maior presença nos componentes isolados, que reúnem as candidaturas mais

periféricas e menos competitivas, é um fator fortemente associado à periferização das mulheres nas redes de financiamento eleitoral. Nesse sentido, políticas ou medidas que visem a minimizar a inaptidão ou o isolamento das candidaturas de mulheres precisariam considerar aquelas mulheres cuja ocupação é “dona de casa” como um foco prioritário de atuação e apoio.

Mulheres 'Conectadas na Rede': uma Análise da Marginalização

Focamos nesta seção o componente gigante formado por 236.703 nós conectados entre si por um conjunto de 282.019 arestas, respectivamente 92,1% e 97,8% da rede em exame. Pode-se perceber inicialmente que o componente gigante expressa uma característica estrutural da rede, qual seja, o financiamento político no Brasil é altamente integrado, conectando atores os mais diversos e em estados bastante distantes entre si. O tamanho e a complexidade do Brasil não são obstáculos para a integração entre os 12.478 candidatos(as), os 395 Comitês Financeiros e Direções Partidárias e os 215.179 financiadores privados, dentre os quais 21.771 pessoas jurídicas. Além disso, estar no componente gigante é praticamente condição *sine qua non* para o sucesso eleitoral. Encontram-se neste componente 1.586 candidatos(as) eleitos(as), ou seja, 98% dos

cargos em disputa. Destaque-se ainda que apenas um agente partidário ficou fora do componente gigante.

No componente gigante, encontram-se 10.240 candidaturas de homens e 2.238 de mulheres. Aqui há um aspecto importante para a discussão de gênero em curso. Em um componente que reúne quase todos os eleitos(as), os homens são 82,1% e as mulheres, 17,9% dos(as) candidatos(as), proporção bastante desvantajosa para elas, especialmente quando comparada com as proporções identificadas nas candidaturas inaptas e nos componentes isolados, ou seja, nas candidaturas excluídas do e isoladas no jogo eleitoral.

O teste estatístico a seguir, referente às candidaturas à Câmara dos Deputados presentes no componente gigante, confirma as diferenças entre os gêneros quanto às suas posicionalidades nas redes de financiamento assim como quanto às suas perspectivas de sucesso eleitoral. Neste grupo, há 2.902 homens e 581 mulheres – os(as) eleitos(as) foram, respectivamente, 457 e 42. As chances (odds) de um homem eleger-se para a Câmara dos Deputados foram quase 2,5 vezes maiores que a de uma mulher. O resultado é expressivo, especialmente quando consideramos que havia mais de 8 homens para cada mulher entre os(as) candidatos(as) ao cargo em questão.

Odds ratio:2,3987
95% confidence:[1,725..3,335]
z:5,2044
p(ratio=1):1,9462E-07

Como dissemos anteriormente, a Análise de Redes Sociais permite estabelecer a topologia dos atores de uma rede a partir de medidas de centralidade. Para este trabalho, empregamos três dessas medidas, as

centralidades de grau, de proximidade e de intermediação, examinando inicialmente as candidaturas e, a seguir, os financiadores.

A centralidade de grau é, entre as variáveis em questão, a mais simples, definindo-se como a quantidade de vínculos/arestas ligadas a cada ator da rede. Por este conceito, é mais central o ator que possui mais vínculos e mais periférico aquele que registra menos vínculos. Dentro do componente gigante, o grau médio é 20,72, o que significa que, em média, os(as) candidatos(as) desta subrede estabelecem quase 21 relacionamentos, neste caso doadores. Há que se considerar, no entanto, a elevada amplitude de graus, de 1 a 5307.

Mantendo a dinâmica de gênero presente em outras medidas, os homens, mesmo sendo a maioria, apresentam um grau médio expressivamente superior ao delas – respectivamente 22,0 e 14,8. Tal diferença de gênero ganha relevância na medida em que a centralidade de grau importa para as chances de sucesso no pleito: entre os(as) eleitos(as), o grau médio é 77,0, enquanto entre os(as) não eleitos(as) este número se reduz a 12,5. Ou seja, entre os(as) eleitos(as) ocorre uma frequência de 77 relacionamentos, enquanto que entre os(as) não eleitos(as) essa medida é de pouco mais que 12.

Embora não seja objetivo do trabalho medir o impacto do dinheiro nas chances eleitorais, vale a pena explorar as vinculações entre a frequência das doações (ou seja, a centralidade de grau), o volume dos valores doados e as chances eleitorais, e, principalmente, como o gênero importa nesse caso.

Os(as) candidatos(as) no componente gigante receberam em média R\$ 217.884,75 (excetuando-se os candidatos a presidente). A média de doações para as candidaturas masculinas é de R\$ 237.797,48, enquanto a das femininas, R\$ 126.736,81, valor 47% menor. Todavia, a média para os(as) candidatos(as) eleitos(as) foi de R\$

1.000.383,71, valor 4,6 vezes maior que a média do conjunto de candidatos(as) em apreço. Da simples comparação entre os valores se confirma que o volume dos recursos recebidos é determinante para a eleição, tal qual demonstraram diversas pesquisas, como, por exemplo Lemos, Marcelino e Pederiva (2010), Cervi (2010), entre outros.

Interessante notar que as mulheres eleitas receberam em média R\$ 876.076,84, valor apenas ligeiramente menor que os R\$ 1.016.609,21 recebidos por cada homem eleito. Cabe sempre frisar, contudo, que há quase 10 candidatos homens eleitos para cada mulher na mesma condição. Noutros termos, são poucas as que furam o bloqueio do acesso ao financiamento eleitoral, mas as que conseguem competem tendo condições financeiras próximas às dos homens.

As diferenças de gênero se acentuam conforme se foca a análise nos 100 atores com maior centralidade de grau, entre os quais os homens são 88 e as mulheres, 12 (desconsideradas as candidaturas à presidência). Neste subconjunto, há 69 candidatos(as) eleitos(as), dos quais apenas sete são mulheres. No conjunto de candidatos(as) eleitos(as) dentro do componente gigante, homens e mulheres têm desempenho diferente para centralidade de grau, mas ambos com valores expressivos se considerada a média da rede em exame – elas atingem grau 61,7, enquanto eles, 79,0.

Outra medida que exploramos é a centralidade de proximidade, a qual varia entre 3,9 até 14,1. Os nós com menor índice são aqueles que apresentam relativa facilidade de chegar ao maior número possível de nós com menor esforço, sendo, para a medida em questão, os atores mais centrais. Os mais periféricos, detentores dos maiores valores, são aqueles com maior afastamento dos demais atores.

Comparamos o desempenho eleitoral dos

100 candidatos mais bem posicionados no ranking de centralidade de proximidade com o conjunto de todas as candidaturas do componente gigante (excetuando-se as candidaturas à presidência). Entre os 12.471 candidatos deste último, elegeram-se 1.585, portanto 12,7% ou quase uma chance em oito de sucesso. Já entre os 100 primeiros no ranking de proximidade, quase oito em dez se elegeram, de modo que suas chances são mais de seis vezes maiores (podendo chegar a oito, se consideradas todas as candidaturas, dentro e fora do componente gigante). Em síntese, estar entre os(as) candidatos(as) mais centrais em termos de proximidade aumenta expressivamente as chances eleitorais, frisando-se que entre os 100 primeiros neste ranking, há apenas uma mulher para cada 14 homens.

Até que ponto ter um bom desempenho neste indicador, ou seja, apresentar maior facilidade de chegar ao maior número possível de nós com menor esforço, tem implicações para as chances eleitorais? A resposta é bastante conclusiva: entre os(as) 100 candidatos(as) mais bem posicionados no ranking de centralidade de proximidade, 78 deles(as) foram eleitos(as) para diferentes cargos. Em suma, centralidade de proximidade importa e, adicionalmente, a assimetria de gênero é uma de suas características distintivas, pois entre os eleitos(as) em questão 73 são homens e apenas 5, mulheres, ou seja, 93,5% e 6,5% respectivamente.

Percebemos também uma articulação ente proximidade e grau, cuja média neste conjunto de candidaturas eleitas é superior a 180. Candidatos(as) com mais vínculos são também aqueles(as) com maior proximidade dos demais atores do componente gigante. Constatamos adicionalmente a relação afirmada pela literatura de redes (DEGENNE & FORSÉ, 2007) entre proximidade e poder econômico: entre esses 78 eleitos(as), o valor

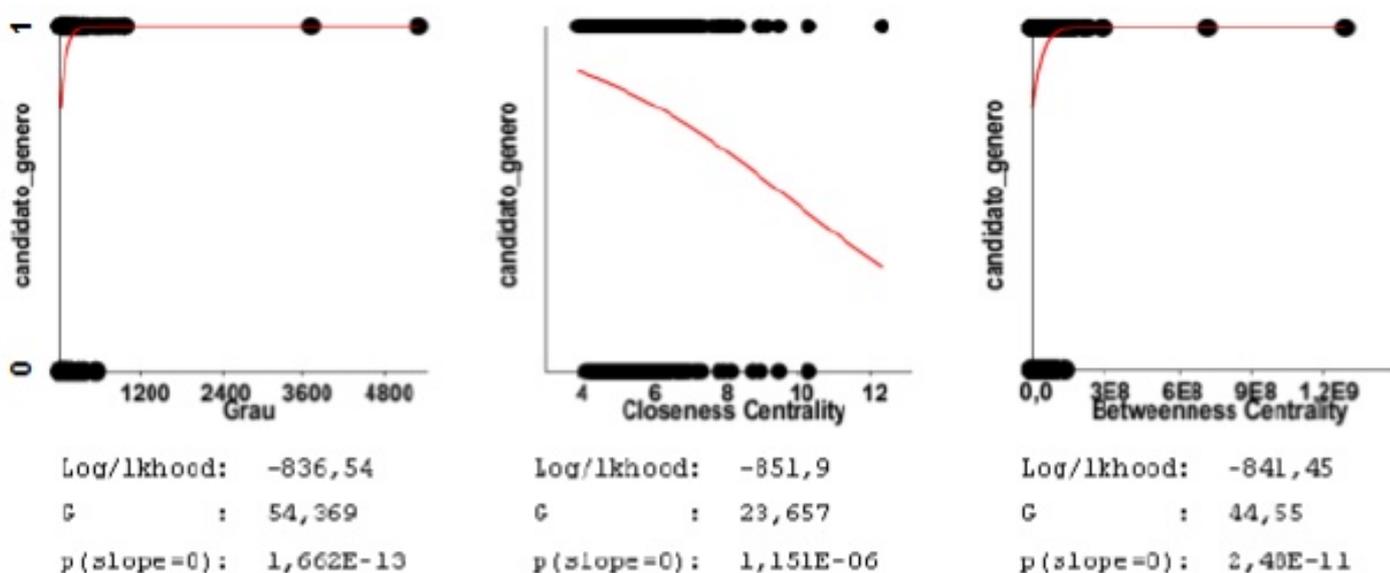
médio recebido é R\$ 5.479.430,00, enquanto a média dos(as) eleitos(as) no componente gigante é R\$ 1.000.383,71.

Exploramos ainda a centralidade de intermediação, ou seja, a capacidade de um ator colocar-se nos menores caminhos entre todos os atores que compõem uma rede. Na lista dos(as) 100 candidatos(as) com maior centralidade de intermediação, encontramos 70 eleitos(as), dos quais 66 são homens e quatro, mulheres. Nesse caso, há apenas uma mulher para 17 homens. Esse dado é importante especialmente se tomarmos intermediação como um *proxy* da influência de um ator. Vale lembrar que exercer intermediação numa rede implica capacidade de permitir, facilitar, dificultar ou bloquear o fluxo de recursos nos caminhos de uma rede.

Para verificar se são estatisticamente significativas as diferenças entre os gêneros no tocante às posições na rede, executamos testes a partir dos(as) candidatos(as) a deputado federal presentes no componente gigante divididos em quartis. O recorte que fizemos foi o de votação – ou seja, consideramos o quartil dos mais bem votados e o daqueles com menores votações e

cruzamos gênero com as medidas de centralidade. Trazemos abaixo os resultados da aplicação, sobre a amostra resultante, de modelo linear generalizado com distribuição binomial e ligação logit⁶. Apesar de haver número considerável tanto de homens quanto de mulheres em posições periféricas, a presença masculina entre os atores centrais é mais acentuada e visualmente perceptível nos gráficos. Foi possível rejeitar a hipótese nula para diferenças entre os gêneros nas três centralidades analisadas – grau, proximidade e intermediação ($p(\text{slope}=0) < 0,001$ nos três casos). O valor de estatística G indica que a primeira e a última variável apresentam associação mais forte com gênero.

A partir da análise das três centralidades, constatamos haver consideravelmente mais homens entre os atores que ocupam posições centrais relacionadas ao sucesso eleitoral. No entanto, quando se observam exclusivamente os eleitos, o desempenho de mulheres e homens se assemelha nas estatísticas de rede. Ou seja, mulheres que furam os diversos bloqueios que as marginalizam no jogo eleitoral ganham centralidade e ampliam substancialmente suas chances eleitorais.



Todavia, é importante sublinhar que estas mulheres são bem poucas em comparação com os homens na mesma condição. Em suma, mulheres costumam compor parcelas numericamente reduzidas em qualquer das listas relacionadas à rede de financiamento eleitoral, seja a dos atores mais centrais, dos que convertem sua centralidade em sucesso nas urnas ou, ainda, dos que recebem mais recursos de mais financiadores.

Cabe agora analisar os efeitos eleitorais da centralidade exercida pelos doadores. Os financiadores centrais 'investem' com mais assertividade? Se este é o caso, como a variável gênero se relaciona com a medida em questão ou, posto em outros termos, os homens e as mulheres financiados por tais atores têm incrementadas suas chances eleitorais? Para responder a essas questões, dividimos os financiadores em dois tipos: doadores privados, sejam eles pessoas físicas e jurídicas, e agentes partidários.

Para identificar os financiadores privados centrais, montamos listas com os 100 atores mais bem posicionados nos rankings das centralidades de proximidade e intermediação, bem como a dos 100 maiores em valores doados. Mesclamos as listas, obtendo uma relação com 139 financiadores que se repetem nas três listas originais – sendo 136 pessoas jurídicas e apenas três pessoas físicas. Esses atores financiaram diretamente 1.685 candidatos(as), ou 13,5% das 12.478 candidaturas do componente gigante.

Dos 1.586 eleitos(as) no referido componente, 698 candidaturas, ou 44%, foram financiadas pelos doadores em exame, dentre elas a Presidenta, 42 senadores(as), 309 deputados(as) federais, 22 governadores(as), 323 deputados(as) estaduais. Afora o óbvio direcionamento para a disputa presidencial, os financiadores centrais claramente concentram seus recursos em candidaturas a cargos com mais poder de

iniciativa e veto sobre os processos decisórios relacionados a políticas públicas, vale dizer senadores(as), governadores(as) e deputados(as) federal. Respectivamente 86%, 81% e 60% dos eleitos(as) para esses cargos receberam recursos desses financiadores centrais, que, por sua vez, somam apenas 0,06% dos doadores de campanha em 2010.

Os financiadores centrais que, como visto, influenciaram decisivamente os resultados das eleições, apresentaram comportamento bastante distinto em relação ao gênero – 1.479 homens e 206 mulheres receberam recursos, respectivamente 87,8% e 12,2% das 1.685 candidaturas financiadas diretamente. Neste grupo se elegeram 629 homens e 69 mulheres, ou seja, 90,2% e 9,8% dos eleitos(as).

Realizamos os mesmos procedimentos de cálculo e análise para os financiadores que são agentes partidários (comitês financeiros e direções partidárias)n, ou seja, mesclamos as listas dos 100 atores mais bem posicionados em centralidade de proximidade e de intermediação, além dos 100n maiores em valores doados. Como resultado, 169 atores deste tipo se repetem nas três listas. Salientamos que os recursos recebidos pelos financiadores em apreço são provenientes de doadores privados, mormente de empresas.

Os agentes partidários centrais financiaram diretamente 7.846 candidatos(as), o que equivale a 62,8% das 12.478 candidaturas do componente gigante. Uma constatação interessante é o fato de, nesse caso, as proporções de homens e mulheres não diferirem significativamente da distribuição das candidaturas em geral: 6.425 homens e 1.421 mulheres receberam doações diretas dos agentes em questão, respectivamente 81,8% e 18,2%. Os homens eleitos somaram 1.120 e as mulheres, 139, totalizando 1.259. Os homens eram 89% dos(as) eleitos(as) e as mulheres, 11%. Estes dois últimos percentuais são praticamente os

mesmos registrados para homens e mulheres que obtiveram receitas acima da média de R\$ 217.884,75 por candidato(a) no componente gigante (excluindo-se as candidaturas à Presidência da República). Entre os(as) 1.823 candidatos(as) nessa condição, 1.624 (89,1%) são homens e 198 (10,9%), mulheres.

Quando se consideram os(as) 1.823 candidatos(as) diretamente financiados pelos agentes partidários centrais com menores receitas, as proporções se alteram, com uma proporção substancialmente maior de mulheres – elas são 478 (26,2%), enquanto os homens totalizam 1.345 (73,8%). Ou seja, considerando dois grupos com mesmas quantidades de candidatos(as), um recebendo os valores maiores de doações diretas dos agentes partidários centrais e ou outro, os menores, a proporção de mulheres no último grupo é mais de 2,5 vezes maior que nos primeiros. Tal resultado sinaliza que os homens acabam sendo privilegiados por atores com influência decisiva na rede de financiamento eleitoral e, ato contínuo, nos próprios resultados eleitorais.

O grafo a seguir (Figura 1) agrega por gênero as doações iguais ou superiores a R\$ 1.000.000,00, incluso à Presidência da República⁷, a partir de 166 financiadores centrais na rede e permite visualizar parte da dinâmica de financiamento eleitoral. As arestas (linhas) verdes são as doações realizadas para os agentes partidários, enquanto as arestas azuis e as vermelhas são as doações destinadas aos homens e às mulheres, respectivamente. A espessura das arestas é diretamente proporcional aos recursos doados, a menor linha tem o valor de R\$ 1.000.000,00. O tamanho dos nós referentes aos doadores privados e aos agentes partidários é diretamente proporcional aos recursos doados (*weighted out degree*), enquanto que o tamanho dos nós dos candidatos(as) agregados(as) está reduzido em 50 vezes. Destaca-se, sem

qualquer esforço de análise, o papel intermediador dos agentes partidários (comitês e diretórios).

Finalizamos a análise das medidas da rede propriamente dita com uma exploração adicional dos cálculos de centralidade de grau. O grau médio no componente gigante é 2,4, significando que, em média, cada ator se conecta com dois outros atores. É importante destacar, contudo, a grande variação verificada nesta medida, com graus variando de 1 a 5.307.

O componente gigante é, portanto, uma sub-rede profundamente assimétrica na qual, a despeito de todos estarem conectados, os atores exercem papéis claramente diferenciados. Para reforçar tal constatação, fizemos uma redução, mantendo somente os nós com 10 ou mais conexões. Como resultado, o componente gigante se reduz para 5.353 nós, ou 2,3% do componente gigante original. A importância desta redução reside no fato de que, com ela identificamos uma elite do poder na rede de financiamento eleitoral, posto que reduzir implica marginalizar quem é periférico na rede, colocando em evidência quem é central. O componente gigante reduzido representa 0,5% de uma rede (a geral, incluindo componentes isolados e o componente gigante original) que por si só congrega 0,1% da população brasileira.

A hipótese de o componente gigante reduzido configurar uma elite do poder é amplamente confirmada pela presença 1.404 eleitos(as) entre 4255 candidatos(as). Desse modo, a aplicação de um filtro que elimina praticamente 98% dos nós, preserva mais de 90% dos(as) candidatos(as) eleitos(as) presentes no componente gigante. Também foram bastante preservados os agentes partidários, que após a aplicação do filtro passaram a somar 256, ou 64,5% dos 395 que havia no componente gigante original. E quais foram os atores eliminados? As pessoas

No tocante à escolaridade dos(as) candidatos(as), o componente gigante reduzido registra grande prevalência de candidatos(as) com ensino superior completo ou incompleto, numa razão próxima de 16. O percentual de candidatos(as) com tal nível de escolaridade atinge, 78,6%, em contraste com os 5,0% dos(as) candidatos(as) com até o ensino fundamental completo dentro deste subgrupo do componente gigante. Se, por um lado, a escolaridade não explica diferenças de gênero no interior dos componentes, por outro, ela está claramente relacionada à conectividade dos(as) candidatos(as), com uma presença consideravelmente maior de candidatos(as) menos escolarizados(as) nos componentes isolados e vice-versa.

O que o componente gigante reduzido em grau 10 revela sobre gênero? Entre as candidaturas dentro desta sub-rede, encontram-se 3.664 homens e 591 mulheres, respectivamente 35,8% e 26,4% do componente gigante original. Como visto acima, a redução preservou os(as) eleitos(as) e isso se mantém para ambos os gêneros – no componente reduzido estão 1.229 homens eleitos e 175 mulheres.

Se a maciça presença de eleitos(as) no componente analisado já configura por si só uma elite do poder, quando se considera o gênero isso fica ainda mais expressivo. As eleitas aqui somam 5,2% de todas as mulheres que se candidataram, enquanto entre os homens este percentual se eleva a 9,1%, quase o dobro. Em outros termos, uma em cada 20 mulheres permanece na elite do poder da rede de financiamento político, enquanto um em cada 10 homens ocupa a mesma posição. Tais proporções ganham contornos dramáticos quando consideramos que há apenas uma mulher para cada cinco homens quando é dada a partida do jogo eleitoral.

E quem são as mulheres que compõem a elite do poder que identificamos a partir da

análise da rede de financiamento? No tocante à ocupação, entre as 591 candidatas no componente em exame, 54,8% distribuem-se em apenas quatro carreiras, 154 registraram-se como políticas (96 deputadas e 58 vereadoras); 37, empresárias; 98, professoras de ensino fundamental e médio; e, 35, advogadas. Da análise das 175 eleitas extraem-se dados ainda mais contundentes. Neste grupo, 47,5% apresentaram-se como políticas (64 deputadas e 18 vereadoras) e 90% têm ensino superior (enquanto no componente gigante original, este percentual é 60%). Nenhuma dona de casa está listada entre as eleitas deste grupo reduzido.

Quando se compara o quadro acima com os dados de ocupação das mulheres cujas candidaturas foram tornadas inaptas e daquelas presentes nos componentes isolados da rede de financiamento, nota-se que a elite política feminina presente no componente gigante reduzido assemelha-se à sua equivalente masculina. Considerando as vinte ocupações mais comuns no componente gigante reduzido, não se observam diferenças significativas entre os gêneros, à exceção de algumas profissões. Há ligeiras concentrações de engenheiros e comerciantes entre os homens e de professoras entre as mulheres. No topo da lista em ambos os gêneros encontram-se deputados(as) e vereadores(as).

Considerações Finais

O presente estudo demonstra a existência de uma topologia estrutural no processo eleitoral brasileiro e identifica o lócus dos diferentes agentes na sua rede de financiamento. A análise da rede de financiamento das eleições de 2010 evidencia que a estrutura das relações expressa nas doações de campanha é bastante assimétrica no tocante ao gênero das candidaturas e apresenta forte incidência sobre o desempenho eleitoral das(os) candidatas(os).

Há fatores encadeados que produzem uma razão numérica pela qual há praticamente 10 homens para cada mulher entre os candidatos mais centrais e influentes na rede, os quais apresentam melhores perspectivas eleitorais, além de maiores receitas e número de doações. Tal razão é muito próxima das proporções de homens eleitos para mulheres eleitas nos últimos pleitos.

O processo de exclusão, isolamento e marginalização das mulheres na rede de financiamento eleitoral segue, portanto, uma trajetória. Inicialmente as regras eleitorais provocam o alijamento de mulheres de menor status socioeconômico da simples possibilidade de efetivar suas candidaturas – donas de casa, por exemplo, são especialmente atingidas. A seguir, as preferências dos financiadores, agentes partidários à frente, expressas nas conexões da rede, produzem efeitos semelhantes sobre aquelas que permanecem candidatas, na medida em que estas recebem um montante menor de recursos de um número menor de financiadores e, ato contínuo, ocupam a periferia da rede de preferência dos doadores. As que persistem, ocupando excepcionalmente posições mais centrais, apresentam um perfil altamente elitizado. Embora seja forçoso reconhecer não ser novidade que as mulheres bem-sucedidas na política possuam esses atributos, o que revelamos aqui é que a rede de atores sociais e respectivos relacionamentos recruta e seleciona essas mulheres.

Os achados da pesquisa, especialmente possibilitados pela identificação de componentes na rede de financiamento eleitoral, demonstram a estrutura de relacionamentos que gera o quadro descrito por Araújo e Borges (2012) em seu estudo sobre gênero e as candidaturas para a Câmara dos Deputados. Analisando a questão em termos de 'demanda' dos partidos com vistas à composição de suas listas e de "oferta" de

indivíduos disponíveis e/ou potencialmente elegíveis, as autoras afirmam que o sistema de recrutamento suprime mulheres tanto por questões de cunho cultural e socioeconômico, quanto por uma menor familiaridade com a dinâmica da vida partidária, especialmente em seus aspectos não formais. Tais aspectos são claramente dominados pela elite política formada por aqueles que ocupam posições centrais na rede de financiamento e, no fim das contas, são eleitos(as) e dentro da qual há quase 10 homens para cada mulher.

Mediante a observação das sucessivas etapas do processo, constatamos que as mulheres apresentam proporções relativamente maiores entre as candidaturas inaptas, nos componentes isolados e nas posições periféricas e menos conectadas do componente gigante da rede de financiamento.

Seguindo a trajetória centrífuga, as mulheres estão menos presentes entre as candidaturas mais financiadas, com maior votação e, finalmente, eleitas. Observamos que a relação de 50/50 entre homens e mulheres na população e no eleitorado brasileiro transforma-se em 80/20 entre as candidaturas em geral e, após os passos e degraus do processo eleitoral, chega a 90/10. Os dados que trouxemos permitem explicar tal fenômeno a partir da análise de redes sociais, especialmente dos vínculos estabelecidos entre os atores por meio das doações de campanha.

Os financiadores centrais, sejam empresas ou partidos, produzem e reproduzem esta dinâmica, concentrando recursos numa pequena parcela de candidaturas mais viáveis, com grande presença de políticos experientes e, principalmente, de homens. Tal realidade é agudizada quando se pondera o papel de intermediação dos partidos, vale dizer, de se colocar entre doadores privados e candidaturas. Nesse sentido, a rede de

financiamento expõe a insuficiência (se não a ausência) de ações efetivas dos partidos para a inclusão e, conseqüentemente, empoderamento das mulheres.

Intencionalmente ou não, a atuação dos agentes partidários contribui para a redução do potencial de representatividade feminina. Nesse sentido, tendemos a concordar com o diagnóstico de Feitosa (2012, p. 164), de que, malgrado pesquisas de opinião mostrarem predisposição do eleitorado brasileiro a votar em homens e mulheres em proporções semelhantes, “os partidos políticos são as instituições mais resistentes a abrir-se à participação política das mulheres. Existe uma correlação de forças, uma natural disputa por espaços de poder, uma vez que cada vaga que se abre a uma mulher implica a redução da participação masculina”. O fator cultural estaria, portanto, mais presente no recrutamento do que na seleção dos agentes políticos. À maioria das mulheres restaria a atuação política em espaços externos às instituições políticas tradicionais e representativas, espaços do cotidiano, nos movimentos sociais e assim por diante.

No sistema eleitoral proporcional de lista aberta, tal como configurado no Brasil, a ordenação dos indivíduos eleitos pelos eleitores é praticamente determinada pela quantidade de recursos financeiros e sua posição na rede, fatores nos quais homens levam nítida vantagem. Podemos afirmar, então, a impossibilidade de crescimento da representatividade numérica das mulheres sem mudanças mais ou menos profundas no sistema eleitoral brasileiro e nas regras de financiamento de campanha. Noutros termos, mudanças na estrutura descrita e analisada neste artigo passam por induzir, mormente os agentes partidários, a equilibrar o jogo entre os gêneros, para o que é necessário redesenhar algumas instituições políticas do país. Passamos a indicar algumas possibilidades neste campo.

Pesquisas como a da União Parlamentar Internacional, citada no início deste texto, demonstram uma forte associação entre sistema eleitoral e equilíbrio numérico entre os gêneros. Países que adotam sistema proporcional de lista fechada impondo critérios de alternância de homens e mulheres nas relações de candidaturas (lista zebra) concentram-se entre aqueles com maior representatividade feminina nos legislativos. É interessante observar como sociedades que no imaginário ocidental seriam culturalmente mais opressivas às mulheres – Afeganistão e Tunísia, por exemplo – ostentam desempenho muito superior no indicador em questão na comparação com nações tidas como avançadas em empoderamento feminino.

Um artifício para aumentar a presença feminina mantendo-se as listas abertas seria introduzir cotas nos próprios parlamentos, ou seja, reservar cadeiras de modo a assegurar a cada um dos gêneros o preenchimento de uma parcela mínima das vagas nos legislativos eleitos(as) mediante a fórmula proporcional. O problema nesse caso seria transformar um aspecto muito caro à democracia liberal, que é a representação por meio da conversão de sufrágios em mandatos, numa conta de chegada que adicionaria mais uma distorção na proporcionalidade de votos no Brasil, além das geradas pelo quociente eleitoral, pela distribuição de cadeiras entre os estados (no caso da Câmara dos Deputados) e, principalmente, pelas coligações.

O desafio é, portanto, incrementar o desempenho eleitoral das mulheres mantendo-se o sistema eleitoral atualmente vigente no Brasil, ao mesmo tempo evitando distorcer ainda mais a representação do voto popular. Os achados desta pesquisa sugerem ações de curto e de médio e longo prazos.

No curto prazo, é possível assegurar a efetivação das cotas, reduzindo o número de

candidaturas 'laranjas' de mulheres, flagrantemente postas para cumprir as exigências legais. Isso passa ou por mudança na lei, impondo sanções efetivas aos partidos que não conseguissem preencher as cotas de gênero com candidaturas aptas, ou pelo ativismo do judiciário, muito comum na atual quadra histórica, caso uma iniciativa que imponha efetivamente as cotas não prospere entre os legisladores. Por outro lado, a redução da desigualdade entre os partidos pela modificação das regras de financiamento por pessoas jurídicas, em discussão no Supremo Tribunal Federal e no Congresso Nacional, provavelmente será inócua no tocante ao gênero se não for acompanhada de uma normatividade que imponha aos agentes partidários tratarem as candidaturas de forma minimamente igualitária.

A intermediação exercida pelos partidos demonstrada na rede ora analisada cumpre, com efeito, papel determinante no acesso privilegiado a recursos críticos por uma elite de políticos profissionais, composta quase que integralmente por homens. Uma engenharia institucional que imponha uma mudança comportamental dos partidos é condição necessária para, pelo menos, haver mais mulheres em posições centrais e, ato contínuo, dentro dessa elite que, ao fim e ao cabo, ficará com a maioria dos postos em disputa. Em médio e longo prazo, a igualdade dos gêneros na representação política passa por mudanças sociais mais profundas, relacionadas à superação da cultura patriarcal e machista que insiste em atribuir papéis distintos a homens e mulheres na sociedade brasileira. O acompanhamento desse processo constitui agenda de pesquisa importante para os próximos anos, associada ao monitoramento de como as mulheres eleitas atuarão numa configuração que aumente sua presença nos parlamentos, especialmente em relação a temas que concernem diretamente ao empoderamento feminino.

¹ Resultado de pesquisas que contam com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação Araucária (FA).

² Segundo a União Parlamentar Internacional (UPI), o Brasil ocupa a 129ª posição entre 189 países no ranking de participação feminina em câmaras baixas dos parlamentos nacionais (disponível em <http://www.ipu.org/wmn-e/classif.htm>).

³ Agrupamos sob esta denominação os Comitês Financeiros e as Direções Partidárias.

⁴ Exceto Distrito Federal, em função de incompatibilidades decorrentes dos padrões de codificação interna do banco de dados utilizado na pesquisa.

⁵ Componente é um conjunto de nós conectados, i.e., no qual há caminhos pelos quais é possível chegar a qualquer nó partindo-se de qualquer outro nó. Uma característica das redes complexas é apresentar apenas um grande componente abrangendo a quase totalidade dos nós e um elevado número de componentes desconectados (NEWMAN, 2010). Para todos os efeitos, neste trabalho, o grande componente será denominado 'componente gigante' e os demais serão denominados 'componentes isolados'. A importância de realizar os estudos dos componentes como um método de trabalho é amplamente reforçada na bibliografia de análise de redes, especialmente Newman (2010) e Batagelj (2011).

⁶ Para tanto, transformamos a variável categórica gênero em uma variável dummy, com valores 0 (para mulher) e 1 (para homem).

⁷ Os(as) demais candidatos(as) a presidente não aparecem porque não receberam doações iguais ou superiores a R\$ 1.000.000,00.

Referências

ALVES, José Estácio; PINTO, Céli Regina Jardim; JORDÃO, Fátima. (Orgs). **Mulheres nas eleições 2010**. São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012.

ARAÚJO, Clara; BORGES, Doriam. O 'gênero', os 'elegíveis' e os 'não-elegíveis': uma análise das candidaturas para a Câmara Federal em 2010. In: ALVES, José Estácio; PINTO, Céli Regina Jardim; JORDÃO, Fátima. (Orgs). **Mulheres nas eleições 2010**. São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012, p. 337 - 386.

ARAÚJO, Clara. Cotas femininas e financiamento de campanha. **Cadernos Adenauer**, v. 14, n. 3, p. 11 - 30, 2013.

BARREIRA, Irllys; GONÇALVES, Danyelle Nilin. 'Presença' e 'ausência' de candidatas: mapeando representações de dirigentes partidários". In: ALVES, José Estácio; PINTO, Céli Regina Jardim; JORDÃO, Fátima. (Orgs). **Mulheres nas eleições 2010**. São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012, p. 315 - 336.

BATAGELJ, Vladimir. Large-scale network analysis. In: SCOTT, John; CARRINGTON, Peter (Orgs.). **The SAGE handbook of social network analysis**. London: Thousand Oaks / Calif / SAGE, 2011.

BOLOGNESI, Bruno. A cota eleitoral de gênero: política pública ou engenharia eleitoral? **Paraná Eleitoral**, v. 1 n. 2, p. 113 - 129, 2012.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e política. Território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CERVI, Emerson. Financiamento de Campanhas e Desempenho Eleitoral no Brasil: análise das contribuições de pessoas físicas, jurídicas e partidos políticos às eleições de 2008 nas capitais de Estado. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 4. p. 135 - 167, 2010.

COSTA, Luiz Domingos; BOLOGNESI, Bruno; CODATO, Adriano. Variáveis sobre o recrutamento político e a questão de gênero no Parlamento brasileiro. In: SALGADO, Eneida Desiree; DANTAS, Ivo (Orgs.). **Partidos políticos e seu regime jurídico: o desenho constitucional dos partidos políticos**. Curitiba - PR: Juruá, 2013, p. 209 - 228.

FREEMAN, Linton. Centrality in social networks: Conceptual clarification. **Social Networks**, v. 1. n. 3, p. 215 - 239, 1979.

FREITAS, Viviane. Imagens de mulher e agenda de gênero na reta final da campanha da primeira presidenta do Brasil. **Revista Ártemis**, v. 14, n. 1, p. 186 - 203, 2013.

KOFMAN, Eleonore; PEAKE, Linda Peake. Into the 1990s: A gendered agenda for political geography. **Political Geography Quarterly**. v. 9, p. 313-336, 1990.

KOFMAN, Eleonore. Feminist Political Geographies. In: NELSON, Lise; SEAGER, Joni. **A companion to feminist Geography**. Malden: Blackwell Publishing, 2005, p. 519 - 533.

LEMIEUX, Vincent; OUIMET, Mathieu. **Análise estrutural das redes sociais**. Lisboa: Instituto Piaget, 2004.

LEMOS, Leany Barreiro; MARCELINO, Daniel; PEDERIVA, João Henrique. Porque dinheiro importa: a dinâmica das contribuições eleitorais para o Congresso Nacional em 2002 e 2006. **Opinião Pública**, v. 16, n. 2, p. 366 - 393, 2010.

MANCUSO, Wagner Pralon. Investimento eleitoral no Brasil: balanço da literatura e agenda de pesquisa. Trabalho apresentado no

Posicionamento das Mulheres na Rede de Financiamento Eleitoral e seu Desempenho nas Eleições de 2010 no Brasil: a dinâmica estrutural da exclusão e marginalização feminina no poder político

8º. Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, realizado em Gramado/RS entre os dias 01 e 04 de agosto de 2012.

NEWMAN, M. E. J. **Networks: an introduction**. New York: Oxford University Press, 2010.

PEIXOTO, Vitor. **Eleições e financiamento de campanhas no Brasil**. 2010. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, IUPERJ, Rio de Janeiro - RJ.

SHEPPARD, Eric; MCMASTER, Robert. Scale and Geographic Inquiry. In: SHEPPARD, Eric MCMASTER, Robert B (eds). **Scale and Geographic Inquiry: Nature, society and method**. Malden: Blackwell, 2004, p. 1 - 22.

STAEHELI, Lynn; KOFMAN, Eleonore; PEAKE, Linda. **Mapping women, making politics: feminist perspectives on political geography**. New York: Routledge, 2004.

STAEHELI, Lynn A; KOFMAN, Eleonore. Mapping Gender, Making Politics: Toward Feminist Political Geographies. In: STAEHELI, Lynn A; KOFMAN, Eleonore; PEAKE, Linda. **Mapping women, making politics: feminist perspectives on political geography**. New York: Routledge, 2004. p. 1 - 13.

Recebido em 01 de dezembro de 2013.
Aceito em 28 de maio de 2014.

Ivan Jairo Junckes, Rodrigo Rossi Horochovski, Neilor Fermino Camargo, Joseli Maria Silva, Edson Armando Silva e Leandro Batista De Almeida

47